



ATA Nº 005/2007 DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA – COMHAP

1 Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, foi realizada
2 na Caixa Econômica Federal, Avenida Santos Dumont 2772, Aldeota, a quinta
3 reunião ordinária do ano corrente, do Conselho Municipal de Habitação
4 Popular de Fortaleza – COMHAP, com a seguinte pauta de discussão: Leitura
5 e aprovação de atas de reuniões anteriores; Resolução sobre o Projeto de
6 contenção de areia na comunidade do Serviluz; Projeto de Lei HIS; Informes.
7 Participaram da reunião os conselheiros e conselheiras: sr. Adalfran Barreto
8 Carneiro (Caixa Econômica), sr. Adeildo Cabral da Silva (CEFET), sr.
9 Alexandre Araújo (UFC), sr. Alísio Santiago (Defesa Civil), sra. Anália Maria
10 Saraiva Cavalcanti (SEMAS), sra. Francisca Claudia Sousa Guedes Barros
11 (CMP), sr. Clausens Duarte (SINDUSCON), sr. Elizeu Francisco Rodrigues
12 (FEARF), sr. Francisco Antonio Azevedo (MCP), sr. Francisco Elenilson
13 Gomes do Nascimento (FBFF), sr. João da Cruz (Câmara de Vereadores), sr.
14 José Maria Ferreira da Silva (CUT), sr. Marcelo Matos Brito Albuquerque
15 (SEINF), sra. Maria Edite Silva (Gabinete), sra. Maria Gorete Fernandes
16 Nogueira (FBFF), sra. Maria Selma de Castro Araújo (Caixa Econômica), sra.
17 Norma Paula Moreira da Silva (Instituto Cidade), sr. Paulo César Miranda
18 Lage (SDE), sra. Rogerlene Saraiva de Oliveira (SEMAS), sra. Maria
19 Valdicélia Cavalcante Lopes (HABITAFOR), sr. Daniel (assessor da
20 HABITAFOR) e a sra. Secretária Cineide Almeida. A reunião foi iniciada às
21 quatorze horas e trinta minutos em segunda convocação e foi presidida pelo sr.
22 Marcelo Albuquerque, que iniciou saudando aos presentes, informando a
23 pauta: O primeiro ponto leitura e aprovação de atas, de número 04/2007 que
24 foi aprovada pela plenária, em seguida foi feita a leitura da ata da reunião
25 extraordinária de número 01/2007, que foi contestada pelo sr. Francisco
26 Azevedo, o mesmo avaliou que a ata faltava com a verdade, distorcendo suas
27 falas na reunião, e solicitou que as reuniões sejam gravadas para evitar tais
28 fatos. A sra. Cineide Almeida perguntou ao sr. Francisco Azevedo qual ponto
29 da ata estaria lhe causando descontentamento, como o mesmo não localizou
30 no documento o ponto de sua divergência, a sra. Cineide retomou a palavra
31 perguntando aos presentes se a ata poderia ser aprovada, por unanimidade o
32 grupo acatou que sim.
33 Em seguida o sr. Marcelo Albuquerque propôs passar para o segundo ponto da
34 pauta, Resolução Sobre o Projeto de Contenção da Areia no Serviluz (doc.
35 anexo), a resolução foi feita pelo técnico da HABITAFOR, sr. Belino, que
36 esteve presente na reunião extraordinária, que no momento informou, que



37 estava construindo a resolução. A sra. Valdicelia fez a leitura da resolução.
38 Durante a leitura do documento a sra Maria Gorete Fernandes solicitou a
39 palavra para informar que juntamente com a conselheira Eliane Almeida
40 (CMP), (ambas conselheiras do Conselho Nacional das Cidades) quando da
41 participação na reunião do Conselho das Cidades as duas fizeram contato com
42 a sra. Alexandra secretária do Patrimônio da União, a mesma assumiu o
43 compromisso de fazer contato com a Gerencia Regional no Estado, no sentido
44 de mediar as dificuldades existentes por parte da Gerencia local sobre a
45 execução do Projeto no Serviluz. A conselheira fez leitura da resolução que
46 deu entrada junto ao Conselho Nacional das Cidades, continuando sua fala
47 avalia que a resolução deve ser mais política, fazendo referencia sobre o
48 documento construído pelo sr. Belino, salientando estar muito técnico. O sr.
49 Marcelo Albuquerque sugeriu que fosse encaminhado para um assessor
50 jurídico da HABITAFOR, fazer a redação final, e que fosse apresentar para a
51 Presidenta do Conselho, e posteriormente retornar para o colegiado. Por
52 unanimidade a proposta foi aceita.

53 O sr. Alísio Santiago solicitou a palavra para retomar a questão da
54 comunidade do Serviluz, informando que a Defesa Civil já esta desenvolvendo
55 trabalhos no local desde julho, segundo ele, uma comissão da comunidade já
56 estaria se reunindo com o órgão, fizeram levantamentos e colocaram lonas nas
57 dunas como ação de emergência, o mesmo informou ainda que é uma ação
58 conjunta com o Gabinete da Prefeita, EMLURB, DERT, SER II, Defesa Civil,
59 Guarda Municipal, desenvolvem esforços para amenizar a situação na
60 comunidade enquanto o Projeto não for concretizado. Informou também que o
61 Secretário Rogério Pinheiro da SER II ficou de convocar uma ação
62 emergencial. Ainda sobre o Projeto Serviluz a sra. Valdicelia Cavalcante
63 informou que ate então não teriam a aprovação da GRPU, porque duas pessoas
64 são contra, a sra. Maria Gorete Fernandes retomou a palavra e disse estar
65 informada que já estão com dinheiro em caixa para começar as obras, e
66 sugeriu que o conselho não ficasse esperando uma resposta, pois já estiveram
67 lá antes, se referido a reunião recente realizada no dia 13 (treze) de Setembro,
68 convocada pela GRPU, que segundo ela não acrescentou nada. A Sr.
69 Valdicelia entreviu analisando que na referida reunião a intenção da GRPU era
70 confundir, tentando colocar um projeto contra o outro, tendo em vista que a
71 apresentação na GRPU foi feita pelo Prf. Geová, que também defende a
72 mesma proposta da EMBRAPA. A sra. Maria Gorete Fernandes retomou a
73 palavra e propôs que o conselho pedisse por escrito a GRPU, a ata da reunião,
74 como também documento que realmente apresentasse justificativa contra a
75 construção da obra. Disse ainda a conselheira que a Federação de Bairros e



76 Favelas de Fortaleza encaminhou um ofício colocando toda a responsabilidade
77 no órgão, sugeriu que outras entidades fizessem o mesmo. O sr. Francisco
78 Azevedo lembrou a importância em resgatar a tramitação do projeto, para que
79 o Conselho não trabalhe com suposição. O sr. Cluasens sugeriu que o
80 Conselho procurasse algum juiz pedindo uma providência, a sra. Cineide
81 Almeida solicitou a palavra para esclarecer que, só caberia esta medida se
82 houvesse um embargo da obra. O sr. Marcelo Albuquerque se colocou
83 alertando os problemas de saúde das pessoas que residem no local, também
84 chamou atenção para a especulação que ocorre naquela área. Em seguida
85 encaminhou votação para que o conselho se dirija ao Gabinete e a SER II no
86 sentido de iniciar de imediato a obra, tendo sido aprovado por unanimidade.
87 A sra. Cineide Almeida solicitou a palavra para encaminhar a escolha de dois
88 conselheiros para representar o COMHAP no Conselho do Orçamento
89 Participativo. No qual foram eleitos: a sra. Valdicelia Cavalcante (dez votos)
90 como titular e o sr. Francisco Azevedo (cinco votos) como seu suplente.
91 Continuando com a pauta o sr. Marcelo Albuquerque passou para o próximo
92 ponto, discussão da Lei HIS e passou a palavra para o sr. Daniel que fez a
93 explanação do projeto de Lei de Habitação de Interesse Social (HIS), (doc.
94 anexo) durante a apresentação alguns conselheiros fizeram intervenções, e um
95 dos pontos que causou mais polemica foi a declaração do sr. Daniel de que o
96 conselho não teria poder para interferir no processo de formatação da Lei,
97 informando que quando a Lei iniciou o Conselho não existia nos tramites
98 legais. Informou ainda que aconteceram dois grandes momentos com a
99 população para a construção da Lei, um processo que segundo ele respalda a
100 proposta hoje apresentada. O sr. Francisco Azevedo colocou que realmente é
101 difícil ter posição tendo em vista a Lei tratar de uma extensão do Plano
102 Diretor, o qual existe antes do Conselho, continuando o mesmo, avalia que,
103 como agora o COMHAP existe, e a lei que formou o Conselho é a lei que
104 trata de Habitação de Interesse Social, portanto, o Conselho teria sim o poder
105 de intervenção. A sra. Maria Gorete Fernandes solicitou a palavra para sugerir
106 que o Conselho continuasse estudando a lei dentro de suas comissões, e que o
107 resultado das discussões fossem levadas aos responsáveis por sua aprovação.
108 A sra. Valdicelia Cavalcante complementou sugerindo que as comissões
109 encaminhe suas resoluções em forma de ofício.
110 O sr. Clausens interviu colocando que fossem retomadas algumas deliberações
111 que não foram adiante, como o placar da habitação, apresentação dos órgãos
112 que tem hoje em execução e em fase de projeto. Em seguida o mesmo sugeriu
113 alguns pontos de pauta para a próxima reunião, que fosse convocada a
114 CAGECE, para tratar sobre a previsão do SANEAR e o PREURB, ficando



115 ainda que o Credito Solidário seria tratado dentro da Comissão de Políticas e
116 Programas.

117 O sr. Marcelo Albuquerque deu seguimento a reunião e abriu para informes. A
118 sra. Maria Gorete Fernandes informou que o Conselho Nacional da Cidade
119 aprovou 30 (anos) para as famílias pagarem suas casas. O sr. Aloísio informou
120 que estaria entrando para a gestão que seu suplente ocupará seu cargo no
121 Conselho. O sr. Marcelo perguntou se mais alguém tinha alguma coisa a
122 acrescentar e como ninguém se manifestou ele agradeceu a presença e
123 encerrou a reunião. Eu Secretaria Cineide Almeida lavrei esta ata.